



ISSN: 2310-0036

Vol. 2 | Nº. 10 | Ano 2019

Pedrito Cambrão¹

Universidade Zambeze

Da Memória e da Tradição Oral à Construção de uma Historiografia Africana

From Memory and Oral Tradition to the Construction of an African Historiography

Resumo

A teoria social contemporânea tem vindo a enfatizar a relação existente entre memória e tradição oral na produção de conhecimentos, na sua vertente transdisciplinar. Este artigo, procura trazer à colação algumas meditações atinentes à legitimidade do contributo da memória e da tradição oral na produção do conhecimento histórico e, simultaneamente, o seu contributo para a formação de uma historiografia africana. Por isso, o reconhecimento do contributo da historiografia moderna para a valorização de um conjunto de práticas memorativas e identitárias de uma determinada sociedade abre caminho para reflectirmos sobre a memória e a tradição oral. As tradições orais africanas abrangem o vasto universo da literatura oral (provérbios, orações, mitologias, lendas, expressões idiomáticas, etc.), aspectos que não devem ser ignorados pelos historiadores, pois constituem o que Maurice Halbwachs (2008) designa memória colectiva. Partindo de uma perspectiva qualitativa-hermenêutica, assume-se que a tradição oral não se limita a estórias e lendas, ou mesmo a relatos mitológicos, mas, sim, também reflecte uma grande escola da vida, já que relaciona e recupera os aspectos vitais inerentes aos povos. Nesta óptica, percebe-se que tanto as memórias quanto a tradição oral possuem um substrato funcional comum, que é o de agirem como antídotos do esquecimento ou fontes de imortalidade. Sendo assim, ao oferecer meios para preservação da memória colectiva, a tradição oral coopera para a sua reasunção e disseminação.

Palavras-chave: tradição oral; historiografia; memória.

Abstract

Contemporary social theory has been emphasizing the relationship between memory and oral tradition in the production of knowledge, in its transdisciplinary aspect. This article seeks to bring up some meditations regarding the legitimacy of the contribution of memory and oral tradition in the production of historical knowledge and, simultaneously, its contribution to the formation of an African historiography. For this reason, the recognition of the contribution of modern historiography to the enhancement of a set of memorial and identity practices of a given society opens the way for us to reflect on memory and oral tradition. African oral traditions cover the vast universe of oral literature (proverbs, prayers, mythologies, legends, idioms, etc.), aspects that should not be ignored by historians, as they constitute what Maurice Halbwachs (2008) designates collective memory. Starting from a qualitative-hermeneutic perspective, it is assumed that the oral tradition is not limited to stories and legends, or even mythological reports, but, rather, it also reflects a great school of life, since it relates and recovers vital aspects inherent to peoples. In this perspective, it is clear that both memories and oral tradition have a common functional substrate, which is to act as an antidote to forgetfulness or sources of immortality. Thus, by offering means for the preservation of collective memory, the oral tradition cooperates for its resumption and dissemination.

Keywords: oral tradition; historiography; memory.



Rua: Comandante Gaivão nº 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

¹ Ph.D. em Sociologia pela Universidade do Porto - Portugal, Professor Auxiliar, Pesquisador e Director Científico da Universidade Zambeze (UniZambeze).

Introdução

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente”. Tiebno Bokar.

Este artigo reflecte sobre as Fontes Orais, sobretudo a Memória e a Tradição/História Oral e o seu contributo para a construção da historiografia, com vista a suscitar uma reflexão sobre as fontes orais nas narrativas históricas no campo das ciências sociais e muito particularmente no da história moderna africana. De facto, parece-nos importante meditar sobre a investigação e a produção do conhecimento recorrendo a procedimentos metodológicos das Fontes Orais.

Muitos países africanos enfrentam a problemática de escassez de pesquisa e registo de fontes orais, daí a subsequente ausência de fontes escritas. Neste sentido, pensa-se que a aposta na valorização e recolha de testemunhos orais pode ser um instrumento valioso que permita dar resposta a este défice e, conseqüentemente, concorrer para a consolidação da história moderna africana. Pela sua natureza, as fontes orais podem acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados que não sejam apenas os escritos.

A ser assim, é significativo mostrar a evolução de uma prática importante que faz parte da historiografia contemporânea. Assim, o objectivo deste trabalho é esclarecer algumas dúvidas acerca do uso da oralidade como histórica a partir de um percurso bibliográfico que permita a aferição das suas vantagens na sequência da argumentação de alguns historiadores.

I. África na História Universal

África sempre esteve presente em toda a história universal. A humanidade teve início, segundo a paleontologia, no Rift Valley, no Quênia. A famosa civilização Grega teve contacto com elementos provenientes do continente africano, sobretudo, do Egipto, localizado no norte do continente africano, uma das maiores civilizações da antiguidade, o que coloca a África como um elemento importante em toda história mundial. Portanto, ao contrário do que por muito tempo se pensou, África possui uma história. Esse conhecimento histórico foi sendo sempre relegado a um segundo plano, devido à ignorância do próprio pensamento historiográfico, político e social, existente ao longo de vários séculos, que a considerava sem história e que só começou a possuir algum tipo de conhecimento historiográfico com a chegada dos colonizadores.

O estudo da História da África, até os anos 1950, foi feito por europeus na tentativa de provar que o continente africano não possuía algo que pudesse ser chamado história antes da chegada dos colonizadores, deslegitimando toda a possibilidade de que houve algum tipo de história e apelidando assim, os povos autóctones de “bárbaros” e “incivilizados”. Uma vez que a história do continente era vista pela visão dos ocidentais, desprezou-se a visão que os próprios africanos pudessem ter da história do seu continente.

Durante os processos de descolonização da África, houve uma nova perspectiva da história africana, por historiadores africanos. Eles mostraram uma visão diferente da que era estudada na Europa, usando novas formas de fontes, como os relatos orais, a linguística e a arqueologia. Aqui se encaixa esta reflexão, ao mostrar que o estudo da História de África, em geral, e de Moçambique em particular, também apresenta uma particularidade em relação ao estudo da história mundial assente na reavaliação da importância do relato oral, ou seja, da tradição oral e da memória. A maior parte dos povos e impérios que existiram no continente africano não possuíam escrita, sendo seus relatos históricos e sociais baseados na tradição oral, cuja geracional efectuou-se através de lendas, mitos ou relatos que passavam de geração em geração.

Essas fontes orais configuram sociedades que consideravam de suma importância o relacionamento entre seus pares, onde o conhecimento histórico estava disperso entre eles, sendo certo que alguns indivíduos se especializavam em memorizar e transmitir esse conhecimento para as gerações seguintes. Portanto, o relato oral

serve como base para uma pesquisa mais aprofundada, usando a arqueologia e a história comparada com a de povos que viviam próximos para se poder confirmar os relatos.

II. Memória (Colectiva)

“Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado” (Lowenthal, 1981: 75).

A introdução da memória como objecto de análise nas Ciências Sociais deveu-se a Maurice Halbwachs que, em 1925, desenvolveu alguns estudos sobre esta temática, tendo configurado uma espécie de Sociologia da Memória. É senso corrente entre historiadores que as discussões sobre memória têm como ponto de partida os trabalhos de Halbwachs – *Lês cadres sociaux de la mémoire*, 1925 e *La mémoire collective*, 1950. Este autor toma a vertente da sociologia francesa de Emile Durkheim, em que o social tem precedência sobre o espírito.

Assim, para Halbwachs (2011), a oposição entre o espírito e os factos sociais tem seu equivalente na dualidade entre memória pessoal e memória social. A memória do indivíduo traduz uma consciência reduzida aos seus próprios recursos, enquanto reprodução deformada e parcial de lembranças que um grupo admite como comuns e suas. Por um lado, há uma memória individual, resultante da “história vivida”; por outro, a lembrança de momentos vividos por membros do grupo (ou do colectivo nacional) são assumidos como a memória colectiva (ou histórica).

Daí, Halbwachs continuou a preocupar-se com pesquisas que trataram da memória colectiva, o que culminou com a publicação póstuma de sua obra de referência nessa vertente de estudos, *A Memória Coletiva*. Ele encarava a memória como motivo de coesão social, uma espécie de adesão afectiva ao grupo, levada a cabo por um mecanismo alternativo (não a violência). Atestou que cada memória individual era um ponto de vista sobre a memória colectiva, e que essas lembranças sempre estavam de acordo com valores em comum e factos que interessavam a determinados grupos e não a outros (Halbwachs, 1990: 33-34; 51).

Segundo Halbwachs, há uma interacção essencial entre a memória individual e a colectiva, pois as impressões pessoais apoiam-se na memória colectiva para atingir o ponto de vista do grupo, criando uma “consciência do grupo”, mas as lembranças colectivas se impõem sobre as lembranças individuais (Halbwachs, 1990: 61-62). Constitui-se, assim, um vínculo do indivíduo para o grupo, e um liame vivo de geração para geração. Portanto, transmite-se a vivência de uma época, que são os testemunhos e as condutas: “*as maneiras de pensar e de ser de outrora que se fixam assim dentro de sua memória*” (Halbwachs, 1990: 66). Além disso, o sociólogo faz uma distinção entre a memória colectiva e a história. De um lado, a história é a “compilação dos factos”, de forma esquematizada e compondo um “quadro total”; de outro, a memória colectiva é uma corrente de pensamento contínuo, com limites irregulares e coexistentes com outras memórias colectivas.

Para Marieta Ferreira (2002:111), memória “*é construção do passado pautada por emoções e vivências. É flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente*”. Por sua vez, a tradição oral valoriza as representações da memória colectiva, já que através da narrativa, ela fertiliza a memória, contribuindo para reactivação das lembranças. Considerar a tradição oral significa redigir a história sem dogmatizar convicções. Sendo assim, ao oferecer meios para preservação da memória colectiva ou social, a tradição oral coopera para a sua reasunção e disseminação.

Para Rousso (2000) memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta, de facto, uma representação selectiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Por sua vez, Le Goff (2013: 435) afirma que, “*A memória é um elemento essencial do que se considera chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia*”. Neste mesmo diapasão, Mata (2017: 8) considera:

“um elemento fundamental na constituição da identidade, um dos fenómenos culturais e políticos mais privilegiados nos estudos culturais, devendo, por isso, ser pensada em relação às dinâmicas sociais e históricas por que passam tanto sujeitos quanto ideias e produtos, assim como, nos tempos recentes, em relação ao contexto das alterações provocadas por deslocamentos – geográficos, (multi)culturais e conceptuais”

Segundo Goody (1977^a: 35), *"Na maior parte das culturas sem escrita, e em numerosos setores da nossa, a acumulação de elementos na memória faz parte da vida cotidiana."* Logo, o primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem. Por outras palavras, são a memória da sociedade depositários da história objectiva e ideológica da sociedade. Porém, a transmissão da memória não é de palavra por palavra, mas, sim, através do canto, de histórias, de contos... onde se atribui mais liberdade e possibilidades criativas.

A memória, como forma de conhecimento e como experiência, é, portanto, um caminho possível para que sujeitos percorram a temporalidade de suas vidas. Para Bobbio (1997), essa possibilidade é tão significativa que, ao reflectir sobre o acto de recordar, constata que, o lembrar é uma acção mental que não desenvolvemos com constância por que é cansativa ou difícil. Mas é uma actividade saudável. Na recordação revemos a nós mesmos e a nossa identidade, apesar de muitos anos transcorridos, os mil factos vivenciados. Se o futuro se destapa para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo passado é aquele no qual, socorrendo-se das nossas recordações, podemos encontrar amparo dentro de nós mesmos, inclinar-se sobre nós mesmos e nele reconstituir nossa identidade

Em tempos passados, os homens já identificavam a importância da memória como suporte construtor de identidades e solidificador das consciências. Portanto, o conceito de memória é crucial, porque nela se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projectos. É crucial, porque nela se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o colectivo; o individuo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. É crucial, porque nela se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação (Neves, 1998: 218).

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa, inclusive, o tempo de vida individual. Através de histórias de famílias, das crónicas, que registam o cotidiano, das tradições, das histórias contadas através de gerações e das inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se a cronologia actual e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias colectivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico.

Dessa forma, o conceito de memória não é homogéneo e conforma-se por múltiplos significados, entre os quais se destacam: retenção de elementos inerentes a conhecimentos adquiridos; estabelecimento de nexos entre o presente e as experiências vividas; evocação do passado, através de reminiscências e lembranças; actualização do passado no eterno presente; evocação de utopias, que libertam o homem, fazendo do passado suporte para reconstrução do próprio presente e para construção do futuro. São, portanto, inúmeras as concepções de memória, como vimos, todavia, elas têm um denominador comum: o facto de ser uma reminiscência do passado e, sobremaneira, a capacidade humana de reter e conservar o tempo que se foi, salvando-o da perda total.

É importante notar que tanto a memória, como os meios de encará-la mudaram, já que o mundo mudou. Na sociedade global, cada vez mais dinâmica e acelerada e que rompeu as antigas fronteiras e maneiras de relacionamentos entre os indivíduos, a memória foi afectada e a sua transmissão alterada. Houve o desmoronamento de memórias tradicionais inteiras, seja dos camponeses ou do mundo operário, o que criou um mundo social sem duração. Observou-se a criação de vários grupos e de desenraizamentos, o que, aos poucos, minou a memória tradicional viva. Também, os fins das escatologias revolucionárias e das visões teleológicas obscureceram o horizonte de ex-

pectativas determinadas pelo motor da história, o que deixou os sujeitos sem referentes, ligados sempre ao presente.

A memória tradicional já estava abalada, as vias de conservação e transmissão dessas lembranças já não funcionavam, o que levou a comunidade a uma prática de arquivamento compulsiva. Pierre Nora (1993:18) apontou bem que, no momento em que a história se desprende do documental, a sociedade passou a viver numa religião conservadora com forte produção arquivística, o que remete à “memória de papel” de Leibniz. O mesmo historiador francês diz que, quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida colectivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos “homens-memória”.

III. Memória e Tradição (História) Oral

Pierre Nora (1993) define memória e história: a memória é a vida, aberta à dialéctica da lembrança e da amnésia. A história é a reconstrução problemática e incompleta do que não mais existe. A memória é o lugar do presente eterno; a história, uma representação do passado. A memória é colectiva, enquanto a história é universal. A memória enraiza-se no concreto, nos objectos e gestos. A história vincula-se às continuidades temporais. A memória é o absoluto, enquanto que a história, o relativo. Assim, constitui-se uma história crítica da memória. Nesse contexto, de acordo com Mata (2017: 9), *“a memória apresenta-se também como tessitura da história que, juntamente com os instrumentos científicos ‘oficiais’, permite uma visão holística, ou pelo menos prismática, do desempenho na/da história, contaminando discursos culturais e científicos e operando em territórios distintos, embora complementares”*.

O projecto de estudar os lugares da memória tem lugar num momento em que há um crescente esforço historiográfico de um conhecimento crítico que se debruça sobre si mesmo (uma história-memória), enquanto decresce a consciência comemorativa (das sociedades-memória do Antigo Regime). Os lugares da memória não são mais “espontâneos” – por estarem vinculados à manutenção dos valores da sociedade e da ideologia – mas, sim, são uma necessidade da história (museus, arquivos, colecções, monumentos). Para Nora, frente ao sentimento de perda da sociedade francesa actual, há uma “obsessão pelo arquivo”. A história constitui-se pela dissolução crítica da memória, mas também demanda, explica, a manutenção dos lugares depositários de memória.

Todavia, não há oposição entre a memória e a história oral, mas tão-somente diferenças entre ambas. O que as aproxima são as construções das identidades, que têm o passado como suporte e a potencialidade visionária do porvir e do poder como possíveis objectivos. O que as distingue são suas naturezas e estratégias.

A memória, mais relacionada à ficção do que a História, define relevância a tudo que evoca o que passou, garantindo sua permanência reactualizada, ou mesmo ressignificada no presente. A memória, portanto, de acordo com Nora (1993), encontra-se em múltiplos lugares – os lugares da memória. Materializa-se no esforço das colectividades para não se perder no esquecimento e no eterno presente. São os homens memoriosos que fazem dos romances, poemas e biografias lugares da memória. São os profissionais da história, os museólogos, os arquivistas, responsáveis pela preservação de vestígios e fragmentos do que passou, que fazem dos museus, arquivos e centros de documentação, lugares da História.

Para Marc Bloch (2002) a História é a ciência que tem que ver com a vida dos homens no tempo. Mais ainda, a história, enquanto dinâmica, inscreve-se no tempo. As concepções de história, que são polissémicas, também estão a ele relacionadas e carregam suas marcas, suas nuances. Em contrapartida, os que identificam a história como alimento da memória e vice-versa, concluem o seguinte: a história enriquece as representações possíveis da memória colectiva; a história fornece símbolos e conceitos para que a sociedade pense sobre si mesma e sobre sua relação com o passado; ao oferecer instrumentos para preservação da memória social, a história contribui para sua recuperação e difusão; a história, através da narrativa, fertiliza a memória, contribuindo para reactivação das lembranças.

<http://revista.uem.br>

Considerando esse elenco de argumentos, pode afirmar-se que, de facto, não há oposição, mas alteridade entre memória e história, sendo que a construção das identidades e a representação do passado as aproximam. Portanto, não é sem razão que Guarinello (1994: 198) constata: “A oposição entre memória e história é em grande parte ao menos falsa e oculta uma outra oposição, ao meu ver igualmente inexistente, entre cultura erudita e cultura popular”.

IV. Tradição Oral e Historiografia Africana

Ao levar-se em conta o núcleo no qual a memória estava ligada a partir daquele momento (anos 1970-1980), que abrangia, de uma só vez, questões espinhosas para a historiografia, como o tempo presente, a memória e as fontes orais, não foi de estranhar os ataques e as reticências acadêmicas no que concernia à sua viabilidade. As principais contestações traziam alegações no sentido de que a memória poderia se apresentar distorcida, nostálgica, selectiva e inconfiável (Thompson, Frisch e Hamilton, 2000: 66- 67). Portanto, ao valer-se de fontes orais e entrevistas, o historiador obterá um acto de rememoração parcial e mítico da fonte. No entanto, há-de se observar que tais preconceitos perderam força e a história oral já ocupou seu lugar na historiografia actual, sendo encarada, por alguns académicos, não apenas como uma via alternativa, mas como uma metodologia da história.

Está claro que o debate sobre a história oral e a memória ainda levanta muitos problemas e virtudes, o que submete este método de análise a revisões frequentes e a constante busca por novas formas de abordar as fontes orais. Questões à parte, deve atentar-se que essa nova relação história/memória levou a transformações interessantes. Com a história oral ganhando terreno e a memória sendo rediscutida, é inegável que a memória subverteu a história, na medida em que estimulou revisões epistemológicas e indicou outros caminhos e possibilidades de fazer-se história. Não obstante, a história também subverteu a memória. O que dizer do facto de que a história, a partir do momento em que recuperou e estimulou memórias escondidas e caladas², expôs problemas que estavam velados no seio da sociedade, trazendo os excluídos ao centro do debate?

Vê-se, portanto, que apesar de a memória ter hoje outra acepção, ela não se separa da história como assim queria Halbwachs (1990). Na verdade, a história vale-se da memória para chegar a interpretações e informações que outras fontes, talvez, não pudessem viabilizar, o que contribui para o alargamento das possibilidades de conhecimentos dentro dessa nova história que ainda se estrutura. Como defende Joutard (2000: 35), “a história oral tem, mais que nunca, o imperativo de testemunhar, tendo a coragem de permanecer história diante da memória de testemunhos fragmentados que têm o sentimento de uma experiência única e intransmissível”. Desta forma, a memória irriga a história e esta submete a memória à crítica. Na verdade, a relação da história com a memória é bem mais complexa, e envolve, concomitantemente, apropriação, diálogo, destruição e contribuição ou desconstrução.

Para se entender como a tradição é incontornável, quando se estudam as sociedades humanas, vale a pena reflectir-se sobre a tradição oral e sua importância no contexto do continente africano. A complexidade da tradição oral leva quase sempre ao questionamento da sua legitimidade como fonte histórica. Isso não acontece apenas com a tradição oral em África, mas em todas as outras sociedades onde predomina a oralidade. No entanto, a principal característica das sociedades de tradição oral é o comprometimento dos seus membros em relação aos “factos da fala”. Nas sociedades da escrita, ao contrário, os compromissos são fechados de acordo com documentos oficiais, autenticados pelos serviços dos notários e com carimbos ou selos fiscais. Porém, nas sociedades de tradição oral, a palavra substitui todo esse complexo. A palavra é valiosa e não contém apenas o valor moral, como também é associada à divindade, às forças que actuam fora da vontade do indivíduo. Nessas sociedades, de acordo com Ham-

² Nesse sentido, de memórias silenciadas, ver: POLLACK, Michael (1989). Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15. O autor analisa a memória de dissidentes soviéticos, de prisioneiros de campos de concentração e de trabalhadores forçados da Alsácia a fim de explorar os limites entre o “esquecido” e o “não dito”, demonstrando que, muitas vezes, as memórias existem, mas não têm a oportunidade de verbalizar, ou que se calam devido aos traumas que as lembranças trazem. Daí a importância da história oral, que viabiliza a recuperação dessas memórias que seriam perdidas, apagadas, esquecidas.

pâté (1977), o homem está vinculado à palavra que enuncia. Está implicado por ela. Ele é a palavra, e a palavra enclausura um testemunho daquilo que ele é. A própria harmonia da sociedade remanseia no valor e no respeito da palavra.

Neste sentido, a tradição oral não se limita a histórias e lendas ou mesmo a relatos mitológicos. A tradição oral é a grande escola da vida, dela recupera e relaciona todos os aspectos. As tradições orais africanas abrangem o vasto universo da literatura oral, tais como provérbios, orações, mitologias, lendas, expressões idiomáticas, etc., o que Maurice Halbwachs (2008) designou memória histórica.

Já houve muitas classificações para a expressão *história oral*. Alguns já a classificaram como método, técnica e teoria. No entanto, há um consenso no meio académico em considerar a mesma como uma metodologia de pesquisa. Conforme diz Ki-Zerbo³, “A história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita”. Por sua vez, Alberti (2005: 155), afirma que:

“A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea, surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”.

Acima de tudo, há que se salientar que a história oral só pode ser empregue na existência de fontes vivas. Nesse sentido, Alberti (2005a: 21) sugere temas “*ocorridos num espaço de tempo de aproximadamente 50 anos*”, uma vez que envolve a memória dos entrevistados. Então, verificando as possíveis “fontes vivas”, a utilização da história oral pode ser confirmada, quando a pesquisa aborda um tema ainda considerado recente.

A escolha dos entrevistados pode ser orientada pelos objectivos da pesquisa. Segundo Alberti (2005b), na selecção dos “entrevistados em potencial”, é importante buscar um conjunto heterogéneo de pessoas. No entanto, cabe esclarecer que a opção pela história oral envolve critérios qualitativos. Sendo assim, não precisa haver uma preocupação com a quantidade de entrevistados, mas com a contribuição dessa amostragem para a pesquisa.

Há autores que são particulares nas pesquisas em história oral, como Paul Thompson. O Seu livro, *A voz do Passado*, é referência obrigatória não apenas pela narrativa clara com que apresenta uma teoria da história oral, mas também pela sua defesa e aplicação educativa. Para este autor, trata-se eminentemente de falar num “método de história oral” (Thompson, 2002: 104). Ele enfatiza a tecnologia (o uso dos gravadores), que faz parte do surgimento da historiografia oral contemporânea. Esta sua linha de raciocínio decorre do entendimento da história oral como método. Há todo um cuidado na obtenção da evidência oral: preparação de informações básicas; identificação das “fontes” de pesquisa; preparação das questões a serem colocadas às “fontes”; registo nítido e anotação de informações adicionais. E a crítica metodológica da entrevista é equivalente aos cuidados da pesquisa documental em arquivos: busca de consistência interna, conferência cruzada com outras fontes; confronto com o contexto. (Thompson, 2002: 176)

A história oral é hoje uma dimensão da história, sendo um objecto recorrente. Deixou de ser apenas fonte, como o era nos anos 1970, passando à metodologia da história. Sua posição tanto está firmada que é comum levar-se a cabo, actualmente, pesquisas acerca da história da memória.

Com a supressão da separação radical entre história e memória e a aceitação desta última como fonte e objecto de estudo, foi possível vislumbrar e desmistificar a noção de que os historiadores são guardiões da verdade, pois entre a história feita pelos historiadores e a história apreendida pelos indivíduos, no seio de uma sociedade, há uma lacuna muitas vezes enorme (Rousso, 2000: 97-98). Enfim, os avanços teóricos e metodológicos, proporcionados pelos longos debates acerca da história oral, permitiram que as distorções da memória fossem tomadas como um recurso e não como um problema, afinal, o processo de lembrar pode ser um meio de explorar os significados

³ J. Ki-Zerbo, “Introdução geral”. In J. Ki-Zerbo (ed.), *História Geral de África I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2ª ed. Ver. 2010, p. XXXII.

<http://revista.uem.br>
subjectivos da experiência vivida e a natureza da memória colectiva e individual. A história oral já ocupou o seu lugar.

O estudo da história do continente africano e, particularmente, em Moçambique apresenta uma peculiaridade em relação ao estudo da história universal de uma forma geral: a importância que se dá à oralidade ou à tradição. É verdade que o relato oral, apesar de ser uma forma muito abrangente de conhecimento, no contexto africano, apresenta alguma problemática para a pesquisa histórica. Um deles é o facto de que o relato de um acontecimento pode mudar dependendo da pessoa que o relata e quando ela o relata, podendo ocorrer que certos detalhes, cruciais para se compreender o facto histórico, sejam perdidos. Outro aspecto é que determinados povos conseguem relatar factos ocorridos até 4 ou 5 gerações antes da geração actual, fazendo com que acontecimentos ocorridos há mais tempo, e que poderiam ser relevantes, sejam perdidos e não estudados. Contudo, como afirmamos, o relato oral pode servir como base para uma pesquisa mais aprofundada, usando a arqueologia, a linguística e a história comparada com a de povos que habitavam próximos para poder confirmar-se os relatos.

Considerações Finais

Julga-se importante a necessidade de afirmação da Tradição Oral e das Memórias como fontes para uma história hodierna, particularmente para a historiografia africana/moçambicana, que deve ser inclusiva ou abrangente, pois elas (Tradição Oral e Memória) fazem ouvir a voz dos excluídos (da história oficial/ocidental) e trazem à tona as realidades indescritíveis, ao revelar o que não se encontra escrito nos documentos oficiais ou “canonizados”.

É dentro deste cenário que este artigo, “*Da Memória e da Tradição Oral à Construção de uma Historiografia Africana*”, se torna relevante quer para a ciência histórica quer para a afirmação da história africana na historiografia moderna. Em muitos países africanos – e Moçambique não é excepção –, as fontes orais constituem o principal instrumento de comunicação, o veículo que permite a transmissão de conhecimentos geracionais.

A escrita é ainda um privilégio dos grandes centros urbanos, o que não quer dizer que as cidades estejam isentas da tradição oral. Como diz Amadou Hampâté Ba (1977), quando falamos de tradição oral em relação à história africana, pretendemos reiterar que nenhuma tentativa de penetrar na história e no espírito dos povos africanos terá validade se não se apoiar nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre ao discípulo.

Neste contexto, deve ficar claro que, ao trabalhar com fontes orais, como quaisquer outras fontes, não estaremos mais buscando alcançar e apresentar o passado como verdade absoluta. Por outro lado, isso não significa que um historiador que se socorra da história oral não deva redobrar cuidados, elencando critérios e definindo caminhos para uma análise complexa de suas fontes.

Como já foi dito, as narrativas orais são narrativas de memórias. Por isso, precisa-se de ser mais cauteloso, ao lidar com as fontes orais, buscando entender o que tais memórias representam para o entrevistado e como elas estão sendo (re)construídas e externalizadas no momento da entrevista. Assim, o historiador, que faz uso da história oral, pode aproximar-se do seu objecto a partir de um contacto mais intersubjectivo. É essa intersubjectivo com o objecto, proporcionada pela etnografia num trabalho antropológico, por exemplo, que permitirá entender (ou pelo menos chegar mais próximo disso) como aquelas verdades foram culturalmente construídas pelo sujeito histórico.

Tanto a memória quanto a história oral, possuem um substrato comum: são antídotos do esquecimento. São fontes de imortalidade. Em decorrência, como afirma Le Goff (1984), são também espaços de poder. A história enriquece as representações possíveis da memória colectiva; a História fornece símbolos e conceitos para que a sociedade pense sobre si mesma e sobre sua relação com o passado; ao oferecer instrumentos para preservação da memória social, a História contribui para sua recuperação e difusão; a história, através da narrativa, fertiliza a memória, contribuindo para reactivação das lembranças.

Assim, e concluindo, convoco Le Goff (2013: 435), na sua afirmação de que, “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva de libertação e não para a servidão dos homens”

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena (2005). *Manual de História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Edição FGV.
- BLOCK, Marc (2002). *Apologia à História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BOBBIO, Norberto (1997). *O Tempo da Memória*. Rio de Janeiro: Campus, 1997
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (2000). Apresentação. In: — *Usos e abusos da história oral*. 3a ed. Rio de Janeiro: FGV.
- GUARINELLO, Norberto Luiz (1994). Memória Coletiva e História Científica. In. *Revista Brasileira de História* (28). São Paulo: ANPUH.
- HALBWACHS, Maurice (2008). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.
- HALBAWACHS, Maurice (2011). “From the Collective Memory” in Olick, Jeffrey K.; Vinitzky-Serouss, Verd; Levy, Daniel (org.), *The Collective Memory Reader*. Oxford: Oxford University Press.
- HAMPÂTÉ – BA (1977). Fundamentos da Pesquisa Histórica. In: *História Geral da África – Metodologia e Pré-História da África*. Editor: Joseph Kizerbo
- JOUTARD, Philippe (2000). Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 31-45.
- Le GOFF, Jacques (1984). *Memória - História*. Lisboa: Imprensa Oficial/ Casa da Moeda.
- Le GOFF, Jacques (2013). *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 7ª ed. Revista – Campinas, SP: 2013. Editora da UNICAMP.
- LOWENTHAL, David (1981). *Como Conhecemos o Passado. Projeto História* (17). São Paulo: EDUC.
- MATA, Inocência (coord) (2017). *Discursos Memorialistas Africanos e Construção da História*. Macau: Edições Colibri.
- NEVES, Margarida de Souza (1998). História e Memória: os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access Editora.
- NORA, Pierre (1993). *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. *Projecto História*, São Paulo, nº 10.
- ROUSSO, Henry (2000). A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 3a ed. Rio de Janeiro: FGV, pp. 93- 102.
- THOMPSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula (2000). Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 3a ed.
- TOMPSON, Paul (2002). *Vozes do Passado: História Oral*. Ed. Paz e Terra s/a. Rio de Janeiro.
-